

CONTRATO Nº GMS 3995/2023 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RENOVAÇÃO/ATUALIZAÇÃO DE LICENÇAS, QUE ENTRE SI FAZEM A COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ – CELEPAR E INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA.

Pelo presente instrumento particular, as partes:

COMPANHIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO PARANÁ - CELEPAR, inscrita no CNPJ sob nº 76.545.011/0001-19, com sede na Rua Mateus Leme, 1561, Bairro Bom Retiro, CEP 84520-174, Curitiba-PR, neste ato representada por seu Diretor Presidente, o Sr. André Gustavo Souza Garbosa, CPF nº 218.983.988-28 e seu Diretor Administrativo Financeiro, o Sr. Nestor Werner Junior, CPF nº 941.194.579-15, doravante denominada **CELEPAR**; e

INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS, SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 06.984.836/0001-54, com sede na Avenida Queiroz Filho, nº 1700, Sala 907 Edifício Sky Tower, Bairro Vila Hamburguesa, CEP: 05.319-000, São Paulo - SP, neste ato representada legalmente pelo Sr. André Thiago de Oliveira Cazelato, CPF nº 293.424.628-04 e pelo Sr. Bruno Fabrin Guerra, CPF nº 312.213.148-07, doravante designada **CONTRATADA**,

resolvem celebrar este contrato, conforme proposta datada de 11/07/2023, decorrente do Pregão Eletrônico nº 499/2023 - Celepar e seus anexos, nos termos do RILC - Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – Celepar, em conformidade com as disposições das Leis Federais, nº 12.846/2013, nº 13.303/2016, nº 14.133/2021, Decreto Estadual nº 4.880/2001, Lei Complementar nº 123/2006 e demais dispositivos aplicáveis, conforme as cláusulas e condições seguintes:

1 CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO

- 1.1 Contratação de empresa, para serviços de renovação/atualização e suporte de todas as nossas licenças de software, já adquiridas, referentes à solução de Business Intelligence (BI) QlikSense por 48 meses, de acordo com o especificado nas cláusulas, anexos e condições a seguir.
- 1.2 O regime de execução será por preço global.

2 CLÁUSULA SEGUNDA: GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 2.1 Para assegurar o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais assumidas, inclusive multas eventualmente aplicadas, a contratada apresentou conforme o prazo estabelecido, prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do presente contrato, a fim de assegurar a sua execução, podendo ser utilizada para pagamento de multa e/ou cobrir quaisquer despesas decorrentes da inexecução total ou parcial deste instrumento, conforme determina o artigo 70 da Lei 13.303/16, a qual foi apresentada na seguinte condição:
- 2.1.1 Seguro-garantia.
- 2.2 Se o valor da garantia for utilizado em pagamento de qualquer obrigação ou reduzido em termos reais por desvalorização da moeda de forma que não mais represente o percentual inicialmente exigido com base no valor do contrato, a contratada se obriga a fazer a respectiva reposição, no prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data em que for notificada pela Celepar.
- 2.3 Em caso de acréscimos de serviços, a garantia deverá ser complementada pela contratada, em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato.
- 2.4 A garantia subsistirá por 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato. A liberação poderá ocorrer antes deste prazo desde que a contratada comprove perante a Celepar o cumprimento integral de suas obrigações, que se dará por meio do aceite definitivo. No corpo da apólice do seguro-garantia e na fiança bancária, conforme o caso, deverá estar explicitada sua vigência.
- 2.5 No caso de prorrogação deste instrumento contratual, deverá ser apresentada renovação também da garantia, contemplando os requisitos de vigência do item 2.4 e os novos valores referentes ao acréscimo constante do termo aditivo que será assinado.

3 CLÁUSULA TERCEIRA: OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 3.1 Executar o objeto contratado, conforme as condições prescritas no presente instrumento e de acordo com as especificações e termos mencionados na proposta e nos anexos do edital.
- 3.2 Garantir a melhor qualidade do objeto contratado, atendidas as especificações e normas técnicas para cada caso, assumindo inteira responsabilidade pela sua execução.
- 3.3 Manter atualizada, durante toda a execução do contrato, toda a documentação necessária para a realização das atividades, sob pena de suspensão do pagamento.
- 3.4 Manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório.

- 3.5 Arcar com todos os gastos resultantes da execução contratual bem como todas as despesas e insumos que incidam ou venham a incidir sobre o objeto do contrato.
- 3.6 Responsabilizar-se pelo pagamento de todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias, licenças, autorizações, franquias, marcas, registros e patentes relativos ao objeto proposto; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato.
- 3.7 Cumprir rigorosamente os prazos pactuados.
- 3.8 Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pela Celepar quanto à prestação do serviço.
- 3.9 Prestar à Celepar, sempre que necessário e solicitado, esclarecimentos sobre o objeto, fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização do mesmo.
- 3.10 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;
- 3.11 Responder pelos danos causados diretamente à Celepar ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Celepar.
- 3.12 A contratada é a única responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- 3.12.1 A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos neste artigo, não transfere à Celepar a responsabilidade por seu pagamento, nem pode onerar o objeto do contrato.
- 3.13 Devem ser observadas pela Contratada as vedações impostas pelo Decreto Estadual 2485/2019 e Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Celepar.
- 3.14 O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 3.15 Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.
- 3.16 A CONTRATADA se obriga a adotar conduta justa e ética, respeitando as diretrizes estabelecidas no Código de Conduta e Integridade da Celepar, disponível no endereço eletrônico <https://www.celepar.pr.gov.br/Pagina/Governanca-Corporativa>, o qual desde já declara conhecer e estar vinculada.
- 3.17 A CONTRATADA se compromete, ainda, a treinar seus colaboradores alocados na execução das atividades deste contrato, a fim de instruí-los sobre o

cumprimento obrigatório das diretrizes contidas no Código de Conduta e Integridade da Celepar para a execução do objeto deste instrumento.

4 CLÁUSULA QUARTA: OBRIGAÇÕES DA CELEPAR

- 4.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto.
- 4.2 Notificar a contratada, por escrito, sobre as imperfeições, falhas, defeitos, mau funcionamento e/ou demais irregularidades constatadas na execução dos procedimentos previstos neste contrato e/ou no objeto contratado, a fim de serem tomadas as providências cabíveis para correção do que for notificado.
- 4.3 Fiscalizar o perfeito cumprimento do objeto e das demais cláusulas deste contrato.
- 4.4 Proporcionar as condições necessárias para que a contratada possa cumprir o que estabelece este contrato.
- 4.5 Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada durante o prazo de vigência do contrato.
- 4.6 Permitir e assegurar ao pessoal técnico da contratada, quando devidamente identificados, livre acesso aos equipamentos/locais para a execução dos serviços objeto deste contrato, no horário de expediente da unidade, ou fora destes horários desde que previamente comunicado à fiscalização.
- 4.7 Proibir que pessoas não autorizadas pela contratada ou pela Celepar, sob qualquer pretexto, efetuem intervenção técnica no objeto do contrato.

5 CLÁUSULA QUINTA: DO DIREITO PATRIMONIAL E AUTORAL

- 5.1 Os direitos patrimoniais e autorais de projetos OU serviços técnicos especializados desenvolvidos passam a ser de propriedade da Celepar, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

6 CLÁUSULA SEXTA: PRAZO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

- 6.1 O prazo de execução dos serviços está previsto no Termo de Referência.
- 6.2 ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO - OFS
 - 6.2.1 A Ordem de Fornecimento/Serviço é o documento oficial através do qual a Celepar solicitará os serviços de acordo com o estipulado no contrato.
 - 6.2.2 A Celepar comunicará à contratada a emissão de cada Ordem de Serviço.
 - 6.2.3 A Ordem de Fornecimento/Serviço será emitida e encaminhada a contratada, que atestará o seu recebimento para fins de comprovação, controle dos prazos e pagamento.
 - 6.2.4 A Celepar reserva-se o direito de enviar a Ordem de Fornecimento/Serviço pelo correio ou e-mail. Nestes casos a comprovação do recebimento para efeito da contagem do prazo de execução acima, se dará pelo protocolo fornecido pelo correio ou pela confirmação de recebimento do e-mail, respectivamente.

6.2.5 Na hipótese da contratada negar-se a receber a Ordem de Fornecimento/Serviço, a mesma ficará sujeita à aplicação de penalidades.

6.2.6 Modelo:

Nº/ANO CONTRATO GMS:		PROTOCOLO:		PROCESSO COMPRA / LICITAÇÃO:	
VALOR TOTAL ATUAL:		VIGÊNCIA CONTRATO:		AGENTE GESTOR:	
FORNECEDOR					
SENHOR FORNECEDOR, no ato da entrega do material ou da execução do serviço é obrigatória a apresentação desta ORDEM DE FORNECIMENTO / SERVIÇO ao funcionário responsável pelo recebimento.					
RAZÃO SOCIAL / NOME:		CNPJ/CPF:			
ENDEREÇO:		BAIRRO:		CEP:	
CIDADE / UF / PAÍS:					
TELEFONE / FAX:		E-MAIL:			
ÓRGÃO ATENDIDO					
ÓRGÃO GMS / CNPJ:		CELEPAR - Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - 76.545.011/0001-19		SETOR CONTRATO:	
ITENS DE SERVIÇOS					
Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR	VALOR TOTAL
RESUMO					
VALOR TOTAL OFS (R\$):		PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO:			
USUÁRIO EMISSOR:		IMPRESSA EM:			
OBSERVAÇÃO:					

6.3 ORDEM DE SERVIÇO

6.3.1 Os serviços realizados, independentemente do tipo, devem ser registrados em Ordem de Serviço (OS), emitida pela contratada, onde deverá constar:

- a) hora do chamado;
- b) descrição do serviço;
- c) local de atendimento;
- d) nome do responsável pelo registro da ocorrência;
- e) nome do técnico responsável pela realização dos serviços;
- f) hora de chegada no local e início dos trabalhos;
- g) ações desenvolvidas;
- h) recomendações;
- i) horário de encerramento da ocorrência;
- j) tempo utilizado entre a chegada ao local (início do atendimento) e o encerramento da ocorrência;
- k) assinatura do técnico responsável pelo atendimento;
- l) nome e assinatura do técnico responsável da Celepar.

6.3.2 A Ordem de Serviço (OS) deverá ser emitida em 03 (três) vias. a primeira via deverá ser enviada à Celepar para validação, a segunda deverá ser entregue ao(s) gestor(es) da Celepar no local de atendimento, e a terceira deverá ficar com a contratada.

6.3.3 O objeto será recusado inteiramente nas seguintes condições:

6.3.3.1 Se entregue em desconformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e na proposta da contratada;

6.3.3.2 Caso seja detectado que qualquer componente não seja novo;

6.3.3.3 Se for constatado que determinado produto esteja com defeito, fora de especificação ou incompleto;

6.3.4 Caso apresente qualquer falha de funcionamento em quaisquer de suas partes ou componentes, devendo ser substituído por outro completamente novo e com as mesmas características deste.

7 CLÁUSULA SÉTIMA: FISCALIZAÇÃO

7.1 O contrato será acompanhado e fiscalizado por representante da Celepar, devidamente designado, podendo ser assistido por terceiros, cabendo-lhes dentre outros:

7.1.1 Acompanhar a execução do contrato: objeto, obrigações complementares, documentações, testes etc.;

7.1.2 Avaliar e apontar não conformidades durante a execução do contrato;

7.1.3 Propor e encaminhar à Gestão Administrativa do Contrato situações que possam resultar na aplicação de eventuais sanções à contratada;

7.1.4 Fiscalizar as obrigações contratuais, avaliando seu cumprimento e rejeitando bens/serviços em desacordo com o contrato;

7.1.5 Monitorar constantemente o contrato, propondo os ajustes necessários;

7.1.6 Realizar o recebimento do objeto, emitir o aceite e encaminhar os documentos pertinentes para pagamento no prazo estabelecido;

7.1.7 Comunicar à Gestão Administrativa do Contrato as inconsistências detectadas na execução e acompanhamento que impliquem no não recebimento da documentação e/ou do objeto contratual;

7.1.8 Propor à Gestão Administrativa do Contrato a paralisação da execução do contrato por estar em desacordo com o pactuado ou diante de graves descumprimentos pelo fornecedor ou de riscos para a administração.

7.1.9 O Fiscal anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, comunicando à Gestão Administrativa o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

7.1.10 O Fiscal do Contrato anotar as ocorrências em registro próprio, que, ao término do contrato, deverá ser juntado ao mesmo, observando-se a obrigatoriedade do registro próprio, nos casos de objeto de execução continuada, obras e serviços de engenharia e bens e serviços de informática não comuns;

7.1.11 A contratada tem direito a obter cópia dos registros mediante solicitação.

7.1.12 Propor a Gestão Administrativa do Contrato a continuidade do instrumento contratual conforme interesse e necessidade da área, nos prazos previstos no RILC.

8 CLÁUSULA OITAVA: SUBCONTRATAÇÃO

8.1 É permitida a subcontratação somente de serviços pertinentes ao fabricante (no caso a empresa Qlik).

9 CLÁUSULA NONA: PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 A Celepar pagará à contratada os valores discriminados abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO/12 meses	VALOR TOTAL/mensal	VALOR TOTAL/48 meses
1	Qlik Sense Professional (Suporte/Atualização a cada 12 Meses)	20	R\$144,00	R\$2.880,00	R\$138.240,00
2	Qlik Sense Analyzer (Suporte/Atualização a cada 12 Meses)	500	R\$82,00	R\$41.000,00	R\$1.968.000,00
3	QAP - Qlik Analytics Plataform External Edition (inclui 4 Cores) (Suporte/Atualização a cada 12 Meses)	1	R\$10.509,00	R\$10.509,00	R\$504.432,00
4	Qlik Sense Server Test 10 Usuários (Suporte/Atualização a cada 12 Meses)	1	R\$717,00	R\$717,00	R\$34.416,00
5	Nprinting Enterprise (Suporte/Atualização a cada 12 Meses)	1	R\$3.344,00	R\$3.344,00	R\$160.512,00
6	Mentoring (200 Horas a cada 12 Meses)	800	valor unitário da hora 249,9996	-	R\$199.999,68
Valor Total Geral					R\$3.005.599,68
<i>(Três milhões, cinco mil, quinhentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos)</i>					

9.2 O preço do objeto inclui:

9.2.1 Remuneração da equipe profissional necessária à execução dos serviços e capacitação do quadro técnico da contratada.

9.2.2 Todas as contribuições, taxas, impostos, seguros, encargos e obrigações tributárias, sociais, trabalhistas, previdenciárias e outras incidentes pela prestação dos serviços contratados;

- 9.2.3 Infraestrutura e equipamentos necessários à execução do objeto contratado.
- 9.2.4 Custos administrativos ou qualquer outro valor de natureza direta ou indireta, necessários à plena execução do objeto do contrato, não sendo admitidos acréscimos, encargos ou quaisquer outras despesas;
- 9.2.5 Quaisquer outras despesas necessárias à plena execução do objeto contratado.
- 9.3 O pagamento será efetuado pela Celepar, nos prazos definidos no Termo de Referência.
- 9.3.1 O pagamento será efetuado mediante apresentação de Nota Fiscal eletrônica (NF-e), emitida e entregue impreterivelmente até o último dia útil do mês da prestação de serviço, para pagamento conforme abaixo descrito:
- 9.3.1.1 O pagamento do suporte/atualização das licenças será realizado mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente da data de emissão da nota fiscal.
- 9.3.1.2 Para o mentoring, item 6 da Planilha de Preços, referenciada no Anexo Modelo de Proposta de Preços - o pagamento será realizado, conforme demanda, sendo efetuado até o dia 20 (vinte) do mês subsequente da data de emissão da nota fiscal.
- 9.4 O pagamento será efetuado, desde que:
- 9.4.1 Devidamente aprovadas e atestadas as notas fiscais eletrônicas, deduzidas eventuais glosas e/ou nota de débito;
- 9.4.2 Sejam apresentados e aceitos como corretos pela Celepar os documentos relacionados no Termo de Referência, item PAGAMENTO.
- 9.4.3 Não apresente a hipótese de retenção dos créditos da contratada decorrentes da Celepar ser acionada judicialmente.
- 9.5 Constatadas eventuais irregularidades fiscais, a Celepar comunicará formalmente a contratada. A não regularização da documentação no prazo de até 05 (cinco) dias úteis poderá ensejar processo de aplicação de penalidades ou Acordo de Níveis de Serviços - ANS.
- 9.6 Na nota fiscal eletrônica emitida pela contratada deverá constar o mês de referência da prestação dos serviços, com discriminação do tipo de serviço.
- 9.6.1 A nota fiscal deverá estar corretamente preenchida com a razão social da Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná - Celepar, CNPJ 76.545.011/0001-19, Rua Mateus Leme, 1561, Bairro Bom Retiro, Curitiba – PR, CEP 80.520-174.
- 9.7 O primeiro e o último faturamento serão proporcionais ao número de dias da efetiva prestação dos serviços no mês de referência, utilizando-se o mês civil.
- 9.8 O pagamento será efetuado na forma indicada na proposta, qual seja: depósito no Banco do Brasil, agência 0386-7, Conta 111.915-X.
- 9.9 Para efetivação do pagamento a contratada deverá obrigatoriamente emitir a nota fiscal eletrônica com o CNPJ idêntico ao da documentação apresentada para habilitação na licitação.

- 9.9.1 No caso da contratada optar pela execução pela filial (emissão de nota fiscal eletrônica pela filial), deverá comprovar previamente a regularidade fiscal/jurídica da respectiva filial.
- 9.10 A nota fiscal eletrônica também deverá ser adequada ao objeto do presente contrato.
- 9.10.1 No caso de comercialização de software, operação de licenciamento ou de cessão de uso, a NF-e deverá ser emitida como prestação de serviço conforme decisão do STF - ADI nº 1945.
- 9.11 As notas fiscais eletrônicas e toda e qualquer documentação relativa ao contrato deverão ser encaminhadas para o e-mail: cofor@celepar.pr.gov.br, impreterivelmente dentro do mês da prestação do serviço/entrega do material, sob pena de serem consideradas como não entregues.
- 9.12 A Celepar não efetuará pagamento de títulos descontados ou negociados com terceiros através da operação de *factoring*.
- 9.12.1 A apresentação de títulos descontados ou negociados ensejará sua devolução e será caracterizada como irregularidade, com a consequente instauração de processo de aplicação de penalidades.
- 9.13 Caso sejam constatadas irregularidades na documentação apresentada, a Celepar devolverá à contratada, para as devidas correções. Neste caso, a documentação será considerada como não apresentada.
- 9.14 Decorrido o prazo para pagamento, sendo o atraso imputado à CELEPAR e desde que a CONTRATADA não concorra para o evento, o valor devido será atualizado pelo índice do IPCA acumulado no último período disponível, calculado na proporção de dias de atraso e considerando-se o dia do vencimento (inclusive) até o dia imediatamente anterior a data do efetivo pagamento, acrescido de juros simples de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados na proporção de dias de atraso.
- 9.15 A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

10 CLÁUSULA DÉCIMA: PENALIDADES

- 10.1 No caso de não cumprimento das condições previstas neste contrato, de inexecução total ou parcial do contrato, a contratada será punida com as sanções previstas no artigo 83 da Lei 13.303/2016, sem prejuízos das multas previstas neste contrato e demais cominações legais. Ficará a contratada sujeita a:
- 10.1.1 Advertência: a penalidade de advertência será aplicada quando ocorrer o descumprimento das obrigações assumidas que, dependendo de sua gravidade, a critério exclusivamente da Celepar, também poderá recomendar conjuntamente a aplicação de outra penalidade.

- 10.1.2 Multa: conforme previsto no item SANÇÕES ADMINISTRATIVAS do Termo de Referência.
- 10.1.3 Suspensão do direito de participação em licitação e impedimento de contratar com a Celepar pelo prazo de até 02 (dois) anos, a ser anotada no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – GMS/CFPR e no cadastro SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores e no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.
- 10.1.3.1 A suspensão citada no item 10.1.3, poderá também ser aplicada às empresas ou aos profissionais que, em razão do contrato tenham:
- a) sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - b) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.
- 10.2 No caso de fraude a contrato decorrente de licitação, obtenção de vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais, manipulação ou fraude do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública, ato que dificulte a atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervenção em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional, serão aplicadas as seguintes sanções:
- 10.2.1 multa, no valor de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação; e
- 10.2.2 publicação extraordinária da decisão condenatória, nos termos do § 5º, do artigo 6º da Lei 12.846/2013.
- 10.2.2.1 Caso não seja possível utilizar o critério do valor do faturamento bruto da pessoa jurídica, previsto no item 10.2.1, a multa será de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais).
- 10.3 As infrações elencadas no item 10 serão registradas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – GMS/CFPR e no Cadastro SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores.
- 10.4 As multas acima são independentes e poderão ser aplicadas a cada novo evento.
- 10.4.1 A multa poderá ser aplicada com as outras sanções previstas e não exime a contratada do cumprimento da obrigação que ensejou a aplicação da penalidade, ou da obrigação de responder integralmente pelos danos causados à Celepar, sejam eles materiais ou morais.

- 10.4.2 A aplicação de multa ou ressarcimentos por perdas e danos, desde que não ensejem a rescisão contratual, não eximem a contratada de cumprir as obrigações contratuais.
- 10.4.3 A multa será descontada da garantia do respectivo contrato, quando houver.
- 10.4.4 Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Celepar ou, ainda, quando for o caso, cobrada por meio de cartório de protesto de títulos ou judicialmente.
- 10.4.5 Não havendo créditos a favor da contratada, esta deverá recolher o valor devido à Celepar, em até 05 (cinco) dias úteis da intimação.
- 10.4.6 As multas não recolhidas constituem-se em dívidas líquidas e certas e, portanto, em título executivo, passível de execução judicial ou cobrança extrajudicial.
- 10.4.7 Os valores das multas serão corrigidos pelo IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo), ou por outro item que venha a substituí-lo.
- 10.4.8 A Celepar comunicará à contratada, por escrito, as irregularidades ocorridas na execução do contrato e também os valores que deduzirá a título de multa da respectiva nota fiscal eletrônica.
- 10.4.9 As penalidades previstas nesta cláusula serão aplicadas sem prejuízo das demais cominações estabelecidas em Lei.
- 10.4.10 As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, nos termos da legislação aplicável à conduta considerada irregular.
- 10.4.11 As condutas tipificadas em lei, mesmo que não expressas no edital e seus anexos, poderão ser objeto de processo administrativo para aplicação de penalidades nos termos da respectiva lei e Regulamento Interno de Licitações e Contratos.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: VIGÊNCIA

- 11.1 O prazo de vigência do presente contrato é de 48 (quarenta e oito) meses, contados a partir da sua assinatura, prorrogáveis por mais 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado na forma do RILC da Celepar.
- 11.2 Qualquer alteração, prorrogação ou acréscimos no decorrer do presente contrato será objeto de termo aditivo, previamente justificado e autorizado pela autoridade competente da Celepar.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: REAJUSTE

- 12.1 O contrato será reajustado adotando-se como limite máximo do percentual de reajuste a ser concedido a variação do IPCA (Índice de Preço ao Consumidor Amplo) acumulado em cada período, podendo ser negociado, e registrado através de apostila, desde que preenchidos os seguintes requisitos:

a) solicitação pelo contratado dentro do período de vigência do contrato, sob pena de preclusão;

b) no primeiro reajuste, prazo mínimo de 12 (doze) meses contados da proposta de preços ou do orçamento a que a mesma se referir;

c) nos reajustes subsequentes, o prazo de 12 (doze) meses deverá ser contado da data em que o último reajuste concedido passou a produzir efeitos financeiros;

12.2 Caso o contrato seja prorrogado e não haja solicitação de reajuste dos preços por parte do contratado, anterior à prorrogação, haverá a preclusão do direito.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: RESCISÃO

13.1 Constituem motivos para rescisão contratual as hipóteses especificadas no artigo 158 do RILC da Celepar e as hipóteses previstas no Termo de Referência.

13.2 A Celepar poderá aplicar multa rescisória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato nas situações em que a contratada der causa à rescisão, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa.

13.3 O contrato também poderá ser rescindido por acordo das partes de acordo com o artigo 159-A do RILC.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: RECURSO FINANCEIROS

14.1 Os recursos financeiros para pagamento das despesas decorrentes deste contrato são de capital de giro próprio.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: RENÚNCIA E NOVAÇÃO

15.1 As eventuais tolerâncias por parte da Celepar ou a inobservância da contratada às obrigações convencionais ou legais decorrentes deste contrato não configuram renúncia a direitos, nem implicarão em novação das obrigações assumidas.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DOCUMENTOS INTEGRANTES DESTE CONTRATO

16.1 A contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições constantes dos documentos adiantes enumerados, que compõem o processo e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato:

16.1.1 Edital com todos os seus anexos;

16.1.2 Termo de Referência.

16.1.3 Proposta e documentos que a acompanham, firmados pela contratada.

16.2 Anexo - Declaração de Regularidade artigo 12 do RILC.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: FORO

- 17.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Curitiba, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.
- 17.2 E, por estarem de comum acordo assinam o presente contrato em 02 (duas) vias, na presença das testemunhas abaixo mencionadas.

Curitiba, *(datado digitalmente)*.

TESTEMUNHAS:

1. _____
(assinado digitalmente)

ANDRÉ GUSTAVO SOUZA GARBOSA
Diretor-Presidente
da **CELEPAR**
(assinado digitalmente)

2. _____
(assinado digitalmente)

NESTOR WERNER JUNIOR
Diretor Administrativo-Financeiro
da **CELEPAR**
(assinado digitalmente)

ANDRÉ THIAGO DE OLIVEIRA CAZELATO
Diretor Financeiro
da **INTELIGÊNCIA**
(assinado digitalmente)

BRUNO FABRIN GUERRA
Diretor Executivo
da **INTELIGÊNCIA**
(assinado digitalmente)

ANEXO
DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE REGULARIDADE E AUTENTICIDADE DE
DOCUMENTOS

CNPJ: 06.984.836/0001-54
Razão Social: INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA.
Representante Legal: Bruno Fabrin Guerra
Cargo do Representante Legal: Diretor Executivo
CPF do Representante Legal: 312.213.148-07
Representante Legal: André Thiago de Oliveira Cazelato
Cargo do Representante Legal: Diretor Financeiro
CPF do Representante Legal: 293.424.628-04

Declaramos que:

- a) Cumprimos plenamente os requisitos de habilitação;
- b) Nos comprometemos, sob as penas da lei, a levar ao conhecimento da Celepar qualquer fato superveniente que venha a impossibilitar a habilitação durante a execução do contrato;
- c) Não estamos suspensos ou impedidos de contratar com a Celepar;
- d) A empresa, seus sócios e administradores não se enquadram nas restrições contidas no art. 38 da Lei Federal 13.303/16 e no art. 12 do RILC.
- e) Nos comprometemos ainda, a não enviar, para execução do objeto empregado que se enquadre nas restrições do art. 7º do Decreto Estadual nº 2.485/19 ou norma que vier a substituir.
- f) Declaramos, sob pena das sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que as cópias dos documentos enviados por via eletrônica são autênticas. Declaro ainda que apresentarei os documentos originais para validação da Celepar caso seja solicitado.
- g) Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constante nos documentos e conforme previsto no inciso VI, art. 7º da Lei nº 12.527/11 – Lei de acesso a Informação, considerando a Lei n.º 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), dou ciência e consentimento para a divulgação dos mesmos.

Bruno Fabrin Guerra
Diretor Executivo
da **INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS**
SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA.
(assinado digitalmente)

André Thiago de Oliveira Cazelato
Diretor Financeiro
da **INTELIGÊNCIA DE NEGÓCIOS**
SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA.
(assinado digitalmente)

Documento: **15Contrato_39952023celepar_INTELIGENCIAassinado.pdf**.

Assinatura Qualificada realizada por: **Jucimar Moura dos Santos** em 23/08/2023 09:58, **Margarete Petersohn** em 23/08/2023 10:33, **Henrique Salatino Miorelli** em 24/08/2023 09:34, **Nestor Werner Junior** em 24/08/2023 12:23, **Andre Gustavo Souza Garbosa** em 24/08/2023 15:14.

Assinatura Qualificada Externa realizada por: **Bruno Fabrin Guerra** em 22/08/2023 14:33, **Bruno Fabrin Guerra** em 22/08/2023 14:33, **Andre Thiago de Oliveira Cazelato** em 22/08/2023 14:37, **Andre Thiago de Oliveira Cazelato** em 22/08/2023 14:37.

Assinatura Avançada realizada por: **Henrique Salatino Miorelli (XXX.494.799-XX)** em 23/08/2023 10:25 Local: CELEP/GIE.

Inserido ao protocolo **20.190.680-6** por: **Lilian Jorge** em: 22/08/2023 15:31.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
dbf75295f253db417c58f743d03ecdb1.